



Audição Regimental – 16 de janeiro, 2018

[Mais Políticas Públicas, Melhor Cultura.]

Senhoras e Senhores Deputados,

Neste início de um novo ano, cumpre-nos olhar para o futuro. Fiéis ao mesmo compromisso de *Mais Políticas Públicas, Melhor Cultura*, gostaria de começar por vos falar do desafio que constitui para todos nós o Ano Europeu do Património.

Um desafio que constitui, simultaneamente, uma oportunidade. Uma oportunidade para um debate alargado sobre os imperativos que se colocam, quer à comunidade nacional, quer às comunidades do Espaço Europeu. Não apenas no que respeita à proveitosa aliança entre a investigação científica e a reabilitação do Património, mas também no domínio da melhor gestão dos equipamentos.

Para já, e a propósito justamente deste compromisso entre Cultura e Ciência, aliás em linha com o que fizemos na **Fundação Côa** e que nunca antes fora feito, não posso deixar de referir o lançamento da Plataforma ERIHS.pt, na semana passada.

A Universidade de Évora, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) e a DGPC formalizaram um Protocolo de Colaboração, que será a única infraestrutura do Roteiro Nacional de Infraestruturas de Interesse Estratégico (RNIIE) na área da conservação e reabilitação do património cultural.

Mas permitam-me que vos fale em particular deste Ano Europeu do Património. Este é, sublinho, o momento certo para sensibilizarmos agentes e cidadãos, envolvermos a sociedade civil, e encararmos este ano com uma responsabilidade acrescida, que a todos é devida.

Como é público, o Governo nomeou uma comissão, presidida pelo Dr. Guilherme de Oliveira Martins, encarregue promover ações que sensibilizem os cidadãos para a defesa, a salvaguarda e a valorização do Património.

Também as boas práticas de conservação e reabilitação do Património, de que felizmente temos inúmeros exemplos, nos ajudarão a lançar as grandes linhas de reforma das infraestruturas com que iremos assinalar este mesmo Ano, assim como a lançar o Plano Nacional de Investimentos para o sector para a década de 20-30.

Proteger e valorizar o património, maximizando o seu valor, passa por investirmos ainda mais neste eixo central das políticas públicas culturais. *Mais Políticas Públicas, Melhor Cultura.* É um enorme desafio. Mas é a esse desafio que trabalharemos para responder.

Uma das nossas linhas de ação será a melhoria da **autonomia de gestão** de museus, palácios e monumentos, num momento em que se regista, aliás, um *record* do número de visitantes aos equipamentos tutelados pela DGPC. Em 2017, ultrapassou-se pela primeira vez a barreira dos **cinco milhões de visitantes**, o que representa um crescimento de 8% em relação a 2016 e um crescimento de 60% desde 2012.

O início deste Ano Europeu do Património é, por isso, uma ocasião privilegiada para formalizarmos propostas, ainda em estudo, que permitam conferir um maior grau de autonomia de gestão dos equipamentos. Queremos fazê-lo envolvendo o setor, de Norte a Sul do país. Uma discussão pública e em rede para que sejam encontradas soluções capazes de satisfazer expectativas. Um bom exemplo desta "rede" entre Estado central, municípios e regiões, é o da proposta, já aprovada pelos Senhores Deputados, da criação de um **Museu Nacional da Emigração**, que potenciará os polos existentes e criará novas valências, tanto físicas, como virtuais.

Ainda no âmbito do Património, e até pela responsabilidade acrescida que representa o aumento de receitas, aumentam também as nossas responsabilidades ao nível do uso e da fruição. Esse é o principal motivo que justifica a nossa urgência de implementar reformas que respondam à realidade do setor, conferindo-lhes instrumentos de atuação mais eficazes, sempre com vista à fruição dos públicos.

Assim, e como é do domínio público, o Governo tomou a iniciativa de rever **os regulamentos de Cedência de Espaços e de Filmagens**, este último ainda em fase de análise. Entendemos que o novo Regulamento de Cedência de Espaços vem responder à necessidade de atualizar as regras aplicáveis face à realidade atual, combinada com a experiência dos últimos anos.

As principais alterações são a revisão de todos os espaços e das características dos eventos que podem ser realizados, o que inclui, nomeadamente, a regra de que no Panteão Nacional só podem ser autorizados eventos de natureza cultural. Fica igualmente estabelecida uma regra geral que proíbe a realização de refeições nos

espaços com estatuto de Panteão, como são alguns dos espaços no Mosteiro de Santa Maria da Vitória (Batalha) e do Mosteiro dos Jerónimos (Lisboa). De notar que nestes dois espaços essa restrição não se aplica a todo o conjunto edificado, mas apenas aos locais com características de Panteão.

O novo Regulamento observa ainda a revisão dos valores a pagar pela cedência de todos os espaços, no geral em alta, assim como uma atualização das regras de segurança e de emergência.

No âmbito da mesma política, de valorização do património numa lógica de fruição pública, antecipámos, ainda no final do ano passado, o pagamento integral das seis pinturas de Maria Helena **Vieira da Silva**, no valor total de 5,55 milhões de euros. Este pagamento anulou o faseamento em três tranches e permitiu ao Estado poupar os juros compensatórios, que iriam contar desde Outubro de 2017. É mais um exemplo de que com *Mais Políticas Públicas, temos Melhor Cultura*.

Na área das políticas públicas do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, destaco a atribuição em 2017 de 12 **Bolsas de Criação Literária**, um projeto fundamental e que, lembro, estava interrompido há década e meia. Também o **Prémio Design de Livro** terá a sua primeira edição em 2018, estando previstas as candidaturas durante o segundo trimestre deste ano.

Senhores Deputados, olhamos para o interior, rentabilizamos recursos e otimizamos serviços para a comunidade. Na área das Bibliotecas, está a ser desenvolvido um trabalho conjunto com as Comunidades Intermunicipais com o objetivo de criar **Redes Intermunicipais de Bibliotecas** de âmbito regional. Neste

momento, já foram assinados quatro acordos de cooperação (Alentejo / Beiras e Serra da Estrela / Oeste / Coimbra).

Mais um exemplo concreto destas políticas públicas, integradas no trabalho realizado pelas bibliotecas municipais, é rentabilizarmos as carrinhas geridas pela **Agência de Modernização Administrativa** para um serviço itinerante de empréstimo de documentos. Num trabalho a articular com as autarquias, estas bibliotecas poderão passar a funcionar como o front-office privilegiado para os cidadãos terem a possibilidade de aceder *online* ao Orçamento Participativo.

No âmbito da melhoria das políticas públicas também para o setor, propusemo-nos realizar o **modelo de apoio às artes**. Em 2017 concretizámos esse objetivo. Além do orçamento gradualmente crescente, que conseguimos garantir em ambos os orçamentos de Estado, quisemos ajustar as formas de apoio à realidade artística do país. Foi um longo projeto e muito participado.

Aos agentes culturais, aos municípios, aos sindicatos e comissões representantes de várias áreas artísticas, aos partidos, às várias individualidades reunidas em torno deste projeto, o nosso agradecimento pela forma construtiva e responsável com que se envolveram na criação do novo modelo.

Agora, estamos já na fase de implementação: concursos mais estruturantes e que garantem estabilidade de médio e longo prazo foram abertos no ano passado. E, com verba reforçada, como prometemos. Também os prazos de análise de candidatura foram encurtados. Em todas as áreas artísticas as entidades terão resultados finais em três e quatro meses, com exceção da área do teatro que

terá resposta em 5 meses, por ser a área com maior volume de candidaturas.

O universo de propostas é vasto, como de resto convém no âmbito de financiamento a programações sólidas de 2 e de 4 anos; Ainda assim, conseguimos cumprir outro objetivo a que nos tínhamos proposto: reduzimos o tempo de análise de candidaturas e de divulgação dos resultados.

Sabemos também que temos melhorias a implementar, nomeadamente assegurar uma navegação mais amigável na plataforma. Mas não podemos esquecer que se toda a informação for disponibilizada na fase de candidatura, os serviços e os júris podem fazer melhor e mais rapidamente o seu trabalho. As responsabilidades devem ser partilhadas.

Também nas artes, é bom destacar a nova forma de seleção de projetos de representação nacional no mundo. Decidimos que para as **Bienais Internacionais** se deveria seguir um modelo mais democrático, e a partir de agora os convites deixam de ser nominais. O Estado deixa de convidar um artista, arquiteto ou curador de forma exclusiva. O Estado lança o convite a várias equipas ou autores e estes têm de apresentar uma proposta curatorial ou artística. E o melhor projeto, aquele que garanta a excelência, é selecionado, por especialistas de reconhecido mérito, para representar Portugal. Parece-nos uma melhoria inquestionável.

Ainda no domínio das artes, mas em solo nacional, queremos destacar o trabalho que temos realizado com a Educação para a criação do **Plano Nacional das Artes**. Realizámos diversas ações e programas que visam uma aposta na literacia artística. O que pretendemos a

longo prazo é criar um programa multidisciplinar de oferta artística pelo país, que integre o ensino obrigatório para alunos dos vários ciclos.

O **Ensino Estético e Artístico** tem crescido de forma consistente com o trabalho que as nossas entidades culturais e os agrupamentos escolares têm desenvolvido em conjunto: em 2017 criámos residências artísticas de música com a Orquestra do Teatro Nacional de São Carlos em várias escolas, encontramos-nos a estruturar um programa especial na Região de Pedrogão Grande, e também com o objetivo de o alargar a áreas artísticas e territórios. Vamos conceber as residências artísticas de dança, com a **Companhia Nacional de Bailado**, e seguir-se-ão as áreas do teatro e das artes visuais. São os primeiros passos para o arranque do Plano Nacional das Artes, que iniciará em 2018/2019.

Para encerrar, mas não menos importante, não posso deixar de sublinhar a estabilidade alcançada nas empresas públicas do setor da **Comunicação Social**.

A **LUSA**, que vinha de uma situação que comprometia a sua missão de serviço público, vive agora uma realidade sem paralelo face a outras empresas públicas, quer em termos de reforço do seu orçamento, quer em termos de admissões para o seu quadro de pessoal.

À Lusa faltavam-lhe três pilares fundamentais para o cumprimento da sua missão. Três pilares que, entendemos, estão agora assegurados: Uma **estratégia** clara, **recursos financeiros** suficientes e estáveis, uma **liderança** forte e capaz de concretizar o projeto.

Atualmente a LUSA tem uma estratégia definida com recursos financeiros suficientes, consubstanciados numa indemnização compensatória 20,3% maior do que tinha em 2015 – um nível de reforço no orçamento que é caso único na administração pública.

A **RTP** tem conseguido nos últimos anos uma boa estabilidade financeira, que deverá ser mantida, e uma clara estratégia direcionada para a prestação de serviço público. Sublinhe-se que conseguiu manter os custos operacionais, apesar do alargamento da prestação do serviço público numa série de vertentes: mais 2 canais na TDT, arquivos históricos *online*, aumento do apoio à produção independente e ao cinema, múltiplas novas funcionalidades no digital, reposição salarial...

Gostaria de vos dar conhecimento igualmente do processo da **TDT**, um processo que era considerado irresolúvel pelo anterior governo.

Perante a possibilidade de se atribuírem quatro novos serviços de programas, a opção deste Governo foi que esses quatro novos serviços fossem repartidos entre o operador público - RTP3 e RTP Memória - e dois novos canais privados a atribuir por concurso, dinamizando assim o setor.

Ultrapassado recentemente o impasse na ERC, entidade encarregue de atribuir as licenças, estamos agora em condições de avançar com o lançamento dos concursos para atribuir as duas novas licenças aos operadores privados. Assim, assegura-se não só uma maior quantidade de conteúdos aos utentes da televisão digital terrestre, mas também uma maior diversidade de programação.

Senhores Deputados, aqui chegados, continuaremos a contar com os vossos contributos, estando certos de que manteremos um franco diálogo nesse sentido. A execução das políticas culturais convoca-nos a esse compromisso. Obrigado pela vossa atenção.